

Jornalismo Ambiental: reflexões sobre conhecimento, práxis e complexidade¹

Camila COLLATO
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

O presente artigo traz, por meio de uma revisão bibliográfica, uma articulação entre Jornalismo, Conhecimento, Práxis e Complexidade, tomando como base sua especialização enquanto Jornalismo Ambiental. Colocando em diálogo pesquisadores como Milton Santos, Adelmo Genro Filho e Edgar Morin, entre outros, buscou-se demonstrar o potencial criativo e transgressor do jornalismo ambiental enquanto forma social de conhecimento a ser constituída sob um paradigma científico complexo em construção e como prática (auto)crítica orientada à ação transformadora. Para tanto, a identificação da existência de modos do fazer jornalístico ainda conectados ao paradigma científico cartesiano e positivista nos propõe a reflexão sobre possíveis funções do jornalismo ambiental enquanto vanguarda conceitual e epistemológica no campo.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo ambiental; Espaço; Natureza; Conhecimento; Complexidade.

1. Espaço e ciência moderna

Desde os feitos dignos de registro histórico até nossos afazeres cotidianos ordinários todos se desenvolvem em um lugar, em um determinado ambiente. Constatação simples, mas que apenas com a teoria de formação socioespacial do geógrafo brasileiro Milton Santos, visualizamos com clareza que “o espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1979, p.10). Ao partir da discussão das teorias de formação econômica e social, abraçando o espaço como variável indissociável dos primeiros (tríade modo de produção – entendido enquanto *gênero*; formação social - *espécie*; e espaço), Santos sinaliza para a quebra do dualismo Homem/Natureza trazendo o conceito de “natureza” para abarcar a natureza transformada pela produção humana, a “Segunda Natureza” de Marx².

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, do XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom).

² Há discussão sobre os desdobramentos do conceito de Natureza em distintos momentos da obra de Santos que, entretanto, não poderemos desenvolver em profundidade aqui. Ver PELUSO, 2013.

A estrutura técnico-produtiva de uma formação social se expressa, de acordo com o autor, geograficamente pela distribuição das atividades de produção. Cada sociedade organiza o espaço de modo distinto: “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1979, p.14). Formas e estruturas espaciais tanto são condicionadas pelas formações sociais, quanto condicionantes das mesmas. Assim,

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim *o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade*, quando evolui em função do modo de produção e de seus movimentos sucessivos. Mas *o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos* (SANTOS, 1979, p. 18, grifos meus).

Sendo a transformação espacial uma constante na história humana, adaptamos nosso ambiente de acordo com as nossas necessidades, sejam elas desde a domesticação de espécies de plantas ou animais para garantia de subsistência, até a conformação de largas redes de trocas num mercado global. O pensamento moderno ocidental talvez seja o que melhor cristalizou a dicotomia entre seres humanos e Natureza³, no qual os primeiros utilizam suas habilidades cognitivas para domínio e subordinação da segunda:

[...] é total a separação entre a natureza e o ser humano. A natureza é tão-só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismos cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. Como diz Bacon, a ciência fará da pessoa humana "o senhor e o possuidor da natureza". (SANTOS, 1988, p. 49)

Ao nos descolarmos gradualmente da consciência sobre o espaço e nos distanciarmos cada vez mais da então chamada Natureza, acabamos por relegá-la a uma abstração cênica ou como contraposição à ideia de progresso, sem vê-la como parte integrante dessas interações.

O desenvolvimento científico moderno se deu dentro desse espírito de dominação da Natureza, a partir do século XVII, consolidando seu alcance às ciências sociais no século XIX (SANTOS, 1988). Apesar do esforço discursivo da ciência moderna em advogar que seus métodos e resultados eram oriundos de técnicas e procedimentos estritamente racionais e objetivos, com destaque ao cartesianismo e o positivismo, hoje sabemos que tal fechamento é impossível pelo simples fato de

³ A exemplo de GUDYNAS (2019, p.13), utilizarei o termo Natureza, grafado em letra maiúscula, para me referir “a um meio ambiente, como conjunto ao sistema, em que prevalecem paisagens, fauna e flora originais (desde silvestre até graus intermediários de intervenção humana)”, diferenciando assim da *natureza* como a essência ou propriedade de algo.

que o sujeito implicado no processo científico, o cientista, é produto de seu contexto social e histórico (MORIN, 2014. p. 137). Portanto, sua produção refletirá costumes, valores, (pre)conceitos e se desenvolverá dentro dos padrões éticos e moralmente aceitáveis de seu tempo.

A modificação espacial se deu de forma vertiginosa a partir da Revolução Industrial. O urbano passa a ser visto como símbolo de civilidade e um horizonte a ser seguido por todas as nações que queiram reivindicar seu lugar na chamada contemporaneidade e, como consequência, o rural também acompanhará o fluxo com o avanço da mecanização, da monocultura extensiva e do uso de fertilizantes e pesticidas nocivos em larga escala. Ao contrário da “neutralidade”, a ciência moderna serviu muito bem aos anseios da expansão capitalista, reforçando a sensação de que era possível, enfim, o completo triunfo da técnica sobre o meio ambiente, ele próprio reduzido gradativamente - e linguisticamente – a *recurso* ou *capital natural* (GUDYNAS, 2019, p.25). O conhecimento científico consolidado pela expansão do capitalismo e oriundo dos países do Norte global, inevitavelmente carregou consigo uma ideologia sobre como o espaço deveria ser distribuído e utilizado:

Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica (SANTOS, 2006, p. 159).

2. Jornalismo e modernidade

Para a sociedade moderna a informação se torna um bem intangível vital. Há a necessidade de facilitar e agilizar sua circulação para regular as atividades política e econômica, bem como difundir os novos padrões culturais dominantes da classe burguesa. Para Sousa (2008, p.90) “A imprensa tornou-se, assim, a primeira grande instância mediadora na configuração do espaço público moderno, um espaço público mais ‘imaterial’ e ‘simbólico’”.

Com a primazia do modelo informativo, a imprensa volta-se ao cidadão comum - transformado em consumidor - financiando-se por meio da publicidade, com a finalidade típica de uma atividade empresarial: o lucro. A identificação do jornalismo com técnicas, mais do que com um corpo de conhecimentos formalmente adquiridos academicamente, faz surgir dúvidas se o jornalismo

realmente seria uma profissão capaz de gerar ou contribuir para a criação de novos conhecimentos – sendo “conhecimento” tal como concebido pelo pensamento científico moderno (CHARRON; BONVILLE, 2016). Não foram poucos os esforços para tentar conformar o jornalismo numa ou noutra visão, de acordo com a conveniência social ou econômica. O advento do *lead*, da pirâmide invertida, da apuração e da edição em padrões preestabelecidos, trouxeram a agilidade necessária para se ter uma edição nova rodando a cada dia. Se tais rotinas contém mecanismos de conformidade e controle sobre o conteúdo gerado (DEUZE, 2005; FIDALGO, 2008; SOLOSKI, 1993), ao mesmo tempo trouxeram certa segurança ao jornalista que, ancorado no princípio da objetividade, conseguiu então justificar (ao público e às chefias) racionalmente suas escolhas (TUCHMAN, 2016, p.129).

Diferentemente da História, o Jornalismo será calcado no presente. Apesar da distinção temporal, Pontes reafirma a validade de ambas:

O acontecimento do presente pauta o interesse jornalístico, assim como os acontecimentos do passado configuram a história. As duas atividades validam como símbolos de sua credibilidade e verdade as instituições políticas, os políticos, os tratados diplomáticos e de estado. O historiador vai para o arquivo fundamentar a evolução do estado e os jornalistas inserem-se no presente como os produtores de documentos do dia a dia, dos acontecimentos políticos e econômicos (PONTES, 2009, p. 155 - grifos nossos).

Por esse traço constitutivo de pautar-se no presente, a atividade jornalística foi associada mais à degeneração do conhecimento do que à sua construção, pois o jornalista seria um “simplificador” das ciências, tornando-a demasiadamente vulgar e até mesmo deturpando sua finalidade (MEDITSCH, 2002, p.10). Ela seria incapaz de trazer elementos contextuais capazes de contribuir para a ilustração dos seus leitores. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, a imprensa se elevará ao patamar de função essencial para a manutenção das democracias (MAIA, 2008a, 2008b; GOMES, 2008).

3. O conhecimento do Jornalismo e construção da realidade

Robert Park (1940) ao situar a notícia entre um “conhecimento de” (vinculado ao senso comum) e o “conhecimento sobre” (relacionado ao conhecimento científico) a insere num nível intermediário, exercendo para o público “as mesmas funções que a percepção cumpre para o indivíduo: não

apenas o informa, mas sobretudo o orienta, dando ciência a cada um e a todos daquilo que se passa” (TRINTA; NEVES, 2004, p. 4). O papel desempenhado pelo jornalismo para a cognição social, enquanto ferramenta de construção social da realidade, pode ser vislumbrado por meio de Berger e Luckmann (2004). Segundo os autores, a maioria dos conhecimentos partilhados pelos indivíduos é o do senso comum, sendo uma atitude natural da consciência. Apontam ainda que “a realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.49). Assim, realizamos um jogo de negociação permanente em nossos encontros, pois tipificamos a outra pessoa ao mesmo tempo em que atuamos com ela também em situações típicas. Quanto mais nossas interações se distanciam do contato face a face, mais esse *continuum* de tipificações vai se tornando anônimo, de modo que a própria estrutura social se torna “a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.52). Vamos nos constituindo enquanto sociedade por meio do compartilhamento de significados através da interação comunicativa, produzindo e reproduzindo simbolicamente, ainda que à distância, relações objetivas e objetificantes por meio dessas projeções que fazemos do(s) outro(s).

O jornalismo se relaciona e se articula de distintas maneiras com os discursos existentes neste tecido social (BENETTI, 2007, 2008). Porém, sua abrangência estará limitada à estrutura da realidade temporal socialmente compartilhada que denominamos presente. Dentro desse marco social e temporalmente compartilhado residirá o conhecimento produzido pelo jornalismo: um conhecimento ancorado na singularidade dos fatos. Para Meditsch (2002, p.11), “o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar”. Adelmo Genro Filho (1987) ao retomar as categorias lógicas de singular, particular e universal da filosofia hegeliana se descola das teorias críticas marxistas que relegam ao jornalismo a função de mero instrumento de reforço do pensamento hegemônico das classes dominantes (papel que pode assumir quando desenvolvido de forma acrítica). Ao fazer os devidos tensionamentos, o autor reconhece a necessidade de um jornalismo informativo moderno, entretanto não o limita a uma ferramenta de propaganda:

A ideologia da objetividade e imparcialidade do jornalismo corresponde não ao fato ou possibilidade real da existência desse tipo de informação, mas, ao contrário, ao fato de que

as necessidades sociais objetivas e universais de informação só podem ser supridas conforme uma visão de classe (GENRO FILHO, 1987, p.153).

A universalidade da humanidade enquanto invenção moderna promoveu apagamentos históricos e socioculturais em prol de um movimento conformador, sendo que para haver quebra é essencial para Adelmo a articulação do jornalismo com o conceito de *práxis*. A *práxis* enquanto intervenção no mundo acaba por tornar-se, ela mesma, produto de um processo de reflexão sobre a própria atividade diante da complexidade apresentada socialmente. Cabe ao jornalismo, portanto, observar criticamente os fenômenos sabendo que suas manifestações não encerram coisas em si (PONTES, 2015, p. 438-449): afinal, engana-se a visão da notícia enquanto produto de fatos que em nada se articulam com demais aspectos da vida em sociedade. Como se fosse possível pinçar um fragmento de realidade e isolá-lo de toda e qualquer variável, sem considerar sua própria faceta hologramática (MORIN, p. 2005, 74-75). Afinal, o fato (singular) emerge em virtude das relações estabelecidas entre as diversas esferas de produção, mediação e disputa (particular) dentro de um contexto histórico (universalidade), sendo os dois últimos a condição essencial para existência do primeiro. Logo, o primeiro trará em si a síntese dialética gerada pelos/nos dois últimos.

Este acesso à realidade por meio da singularidade dos fenômenos é a forma de conhecimento propiciada pelo jornalismo por excelência - e esse acesso singularizado se moldará de acordo com as contingências de cada tempo. Sendo assim, a singularidade não é conformativa do *conteúdo* do jornalismo, mas apenas de sua *forma*, como pondera Pontes:

[...] se o jornalismo é um processo de conhecer que exige o exercício crítico das mediações, há gradações de conhecimento possíveis de se identificar nas apurações e textos jornalísticos. Quanto mais as mediações são investigadas, quanto mais investimento intelectual e formativo os jornalistas oferecem aos leitores para reconstituir a dimensão fenomênica do fato social, mais força ganha essa singularidade, pois ela, em sua exposição, trará a dimensão dos conceitos que materializam os fatos sociais (PONTES, 2015, p.178).

A singularidade se assenta e interage no/com o particular e o universal, não os dispensa.

4. Jornalismo ambiental: uma práxis inserida na complexidade por excelência

Além de compreendermos a relação constitutiva do conhecimento jornalístico na articulação entre singular, particular e universal, é preciso aterrarmos o jornalismo novamente e situá-lo no espaço.

Da mesma forma simples, porém revolucionária que Milton Santos fez essa constatação na Geografia, não parece absurdo considerar que, em algum momento, o Jornalismo haverá de incorporar o elemento espacial e ambiental como imperativo transversal nas suas múltiplas especialidades de apresentação no/do mundo: econômico, de gênero, de saúde, tecnologia, dentre outros. Para a pesquisadora Ilza Maria Tourinho Girardi,

[...] entendemos que o jornalismo ambiental *extrapola a ideia de ser uma cobertura centrada nos assuntos de meio ambiente*. A concepção é outra, independente, baseada na *pluralidade de vozes e na visão sistêmica, para além de uma cobertura factual ou programada* (GIRARDI et al, 2012, p. 137 - grifos nossos).

A pesquisadora suscita uma reflexão conceitual necessária sobre o que seria um *jornalismo que fala de meio ambiente* e um *jornalismo ambiental*. Uma Natureza que é vista como *Natureza com nenhuma ou mínima intervenção humana*; ou uma *Natureza que incorpore o elemento humano e suas produções*. Essas provocações epistemológicas rondam o debate conceitual sobre uma definição de jornalismo ambiental.

Desenvolvido como especialidade a partir de 1970 em razão de marcos globais como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Suécia, 1972), ainda muito ligado ao jornalismo científico, o jornalismo ambiental surge como em um momento sócio-histórico de elevada incerteza: o temor da aniquilação da humanidade pós II Guerra Mundial e os perigos da poluição radioativa iniciaram um movimento pelo direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado que possibilitasse a perpetuação da espécie humana, denotando uma preocupação intergeracional com a manutenção da vida no planeta (BELMONTE, 2017).

No Brasil, entre as décadas de 1940 e 1980, o crescimento das cidades fruto da expansão da economia capitalista industrial retardatária e periférica, indicaria o rompimento com o ciclo histórico da sociedade brasileira com o ambiente rural (DE BRITTO, 2012). Novos dilemas então se colocam: a poluição, a concentração populacional em área de risco ou insalubres, a degradação de paisagens tradicionais e a convivência entre distintas manifestações culturais em espaços de expressão circunscritos pelo urbano. O jornalismo ambiental brasileiro se desenvolve então a partir da década de 1980, consolidando-se no início dos anos 1990, também a partir de um impulso de ordem internacional. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92); e o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e

Desenvolvimento (*Green Press*) foram momentos nos quais se definiram princípios éticos – note-se, não apenas técnicos - para a cobertura dos temas ambientais na imprensa (BELMONTE, 2017; GREEN PRESS, 1992).

Quase cinquenta anos depois da Conferência de Estocolmo, estamos novamente exigindo dos governos medidas efetivas para mitigar as mudanças climáticas em curso. Porém, o que mais chama a atenção diante da emergência climática global não é apenas uma aparente epifania coletiva de que seguimos fundando nossa vida em sociedade sobre um paradigma científico antropocêntrico insuficiente, mas quando observamos seus desdobramentos localmente. O Brasil que possui a maior biodiversidade do planeta em seu território (ICMBio, 2017), ainda possui uma imprensa comercial que vê as pautas ambientais como secundárias, tangenciais ou apenas merecedoras de destaque quando repercutidas internacionalmente – geralmente em razão de alguma catástrofe ou ineficiência da gestão privada ou pública. As pistas para esse comportamento refratário dos veículos de comunicação nacionais chegam, curiosamente, por meio da compreensão do conceito do que seria a *modernidade* entre os proprietários da mídia, aquela modernidade que opõe humano e natureza:

A concepção do que é jornalismo e natureza ou meio ambiente também influencia a prática profissional. Para Ricardo Arnt (1994), *a principal dificuldade para começar a tratar dos temas ambientais na imprensa brasileira foi a presença entre os proprietários e editores dos principais veículos jornalísticos de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira. Por isso, segundo o autor, era preciso passar a abordar o meio ambiente de uma perspectiva menos exótica (biocêntrica) e mais econômica (antropocêntrica)*. ‘Para o ambientalismo crescer na política brasileira, vai ter que se apossar dessa coisa de recursos naturais e agendá-las numa perspectiva modernizante’ (GIRARDI et al, 2020, p. 283).

Ao percebermos criticamente os movimentos de transformação dos espaços de prática e legitimação até então tradicionalmente associados ao jornalismo, seremos capazes de identificar como espaços e formas alternativas em eclosão potencialmente condicionarão o desenrolar de nossa atividade e, em especial, do jornalismo ambiental nos próximos anos. Sejam as modificações de espaços estruturais (das grandes redações corporativas para o espaço de trabalho individualizado, conectado pela rede mundial de computadores; das empresas detentoras de grupos de mídias, mas que não possuem a comunicação como atividade fundadora; do financiamento coletivo de reportagens investigativas) ou de formas (da apuração realizada por meio da ajuda de *softwares* de processamento de dados, apuração em tempo real de forma colaborativa em parceria

com o público ou demais veículos, da mobilidade proporcionada pelos dispositivos digitais móveis), fato é que essas experiências também nos obrigam, enquanto profissionais, a refletir sobre como isso impactará, ou melhor, tem impactado, para melhor ou pior, o conhecimento e a realidade que estamos ajudando a construir coletivamente⁴.

Se a ciência moderna de inspiração cartesiana e positivista, que se reivindicava detentora dos métodos e técnicas verdadeiros para atingir a(s) verdade(s) sobre as coisas e os fenômenos, segue em crise, até que ponto nós jornalistas ainda buscamos legitimar o conhecimento produzido e nossa função social baseados num paradigma e em espaços decadentes? Por que seguiríamos míopes por singularidades de conteúdo? Eis a necessidade imperativa de nos apropriarmos, mais do que nunca, da práxis de que fala Genro Filho e conectá-la a uma visão de ciência que abra espaço para a complexidade da experiência humana em sua totalidade. O jornalismo ambiental é terreno perfeito para ensaiarmos novas possibilidades, pois traz para o século presente a possibilidade de readequarmos o conhecimento produzido pela/na atividade, tomando como base *novos espaços de ação* e, também, fomentando a produção de conhecimento *sobre diferentes espaços* e a partir de diferentes saberes até então negligenciados pelos métodos e técnicas majoritariamente utilizados no jornalismo informativo tradicional.

Pela práxis conectada à complexidade, abraçamos a incerteza, já tão conhecida do campo ambiental. Urge debatermos e aprofundarmos conceitos como risco e precaução no jornalismo (BECK, 2011; GIRARDI et al, 2020; CEZAR; ABRANTES, 2007), uma vez que, ao analisarmos intervenções em sistemas naturais, existem consequências sociais e políticas concretas, não sendo meras abstrações a serem calculadas numa matemática de pesos e contrapesos. Com isso, o engajamento social e político, tão repreensível na prática jornalística informativa “objetiva”, se torna um componente ético para o jornalista ambiental. Sujeito e objeto não se separam, pois tal separação é ilusória na teia de relações biológicas e sociais.

⁴ Não adentrarei neste artigo no debate acerca da precarização da profissão, ocasionado pela modificação de modelos de negócio dos grandes grupos de mídia. Entretanto, não podemos ignorar que a atividade jornalística desempenhada em moldes mais independentes e colaborativos, porém não menos conectados, tem permitido a criação de coletivos, redes e parcerias que confluem notícias e reportagens de diferentes regiões do país, quebrando o privilégio histórico da cobertura centrada no eixo sul-sudeste do país. Além disso, abre-se campo para agregarmos profissionais oriundos de distintas realidades sociais, diversificando os olhares étnicos, raciais e culturais sobre os quais os fenômenos são estudados.

Para Bueno (2007) o jornalismo ambiental possui três funções principais: informativa, pedagógica e política. Por essa visão, o jornalismo ambiental deve ser dotado de certas características como a articulação de saberes e “deixar claro, de imediato, que o saber ambiental não se confunde ou é privilégio de instâncias especializadas e que, na verdade, é resultado da articulação de múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais” (BUENO, 2007. p. 36). Opera-se assim uma quebra da hegemonia da ciência - e das fontes - baseada nos *experts*. Não há problema algum em consultar um biólogo ou um antropólogo para determinada pauta, mas definitivamente, se o tema envolve comunidades tradicionais atingidas pela construção de uma usina hidrelétrica, por exemplo, as vozes da população precisam ser ouvidas também. Os impactos no convívio social, a perda de lugares históricos e culturais de significação, enfim, as perdas na memória afetiva coletiva daquela comunidade não podem ser retratadas pelo especialista que, muitas vezes, sequer pisou no espaço onde todas essas relações se delineiam/delinearam.

O jornalista ambiental (e é isso que precisa ser trabalhado nas escolas e nas redações junto aos profissionais de imprensa do futuro) tem um compromisso que se estende além da jornada de trabalho. Consciente e capacitado, ele será militante sempre. Qualquer outra alternativa conduz, inevitavelmente, à capitulação (BUENO, 2007, p.36).

Para Girardi *et al* (2012; 2020), o jornalista ambiental nada mais é do que um profissional que ousa pensar e encarar o mundo de forma diferente, incorporando os valores (integralmente ou parcialmente) do campo ambiental na construção das matérias. Nada é fragmentado ou compartimentalizado em caixas do saber: não há desenvolvimento econômico sem impactos no bem-estar humano, assim como não existem “desastres” ambientais (como Brumadinho) que não contenham uma participação econômica. Da mesma maneira, não há problema de saúde coletiva que não traga, intrinsecamente, algum tipo de fator ambiental. Seja pelo fato de nossas cidades serem construídas e planejadas de forma descolada de qualquer tipo de racionalidade ambiental (LEFF, 2006); pelo avanço humano sobre áreas que comportam doenças endêmicas (ZIMMER, 2019); ou então pela intervenção socioeconômica ou cultural em ambientes rurais.

Para dar sustentação a um modo de pensar a ciência e o fazer jornalístico por um paradigma complexo, a referência a Edgar Morin se torna inevitável. O pesquisador francês dedicou sua vida à reflexão da urgência de uma ciência que consiga religar os distintos saberes, outrora fracionados pelo pensamento cartesiano:

[...] o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de pensamento mutilante se desfazem, excluindo o que eu chamo de simplificadores e por isso ele luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação. Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o *conhecimento multidimensional* (MORIN, 2005, p. 176-177 - grifos nossos).

O autor indica em sua obra alguns caminhos que nos conduzem nesse desafio da complexidade: a irreduzibilidade do *acaso e da desordem*; a da *transgressão da abstração universalista*, que elimina a singularidade, a localidade e a temporalidade; a da *complicação*; da relação entre *ordem, desordem e organização*; e da *crise da clareza e da separação nas explicações*. A partir desse percurso, o pensamento complexo nos convida ao exercício prático e teórico sob alguns princípios teóricos: 1) sistêmico ou organizacional; 2) hologramático; do 3) ciclo retroativo; do 4) ciclo recorrente; da 5) auto-eco-organização; 6) dialógico; e o da 7) reintrodução do conhecido em todo o conhecimento.

No primeiro princípio, o pesquisador aponta que o todo não é a mera soma das partes - ele pode ser mais ou menos do que as partes, de acordo com as qualidades potencializadas ou inibidas nessa organização. Da mesma forma, quase como um antigo sopro hermético, o princípio hologramático nos recorda que o todo está nas partes, assim como as partes estão no todo. O ciclo retroativo, por sua vez, quebra com a chamada causalidade linear, pois a inter-relação entre causa e efeito se dá por múltiplas retroações; da mesma forma que o quarto princípio, o do ciclo recorrente, transpõe a regulação por meio da autoprodução e da auto-organização, sendo assim, também, um ciclo gerador. A auto-eco-organização une autonomia e dependência, pois os seres vivos são auto-organizadores que se autoproduzem retirando energia e informações do ambiente que os rodeia. Por sua vez, o princípio dialógico possibilita a aceitação racional de união entre concepções contraditórias para formulação de um mesmo fenômeno complexo; e o princípio da reintrodução do conhecido em todo o conhecimento traz que todo o conhecimento, seja ele científico ou não, é uma reconstrução/tradução feita por um espírito/inteligência em um contexto culturalmente e temporalmente determinado (MORIN, 2005).

Longe de ser um método pronto, o exercício do pensamento complexo nos convida a respeitar as diversas dimensões de um fenômeno. E, de forma alguma, isso ignora o que é simples: apenas não admite a simplificação e o reducionismo. A partir dessa ótica, Morin também não realiza uma rejeição à racionalidade, pelo contrário. Apenas a coloca novamente em seu devido lugar, ou seja, junto com os demais saberes, como *uma das formas* de se apreender o mundo e não como *a* forma. Aqui há um claro ponto de contato com o conceito da *ecologia de saberes*, proposta pelo pesquisador Boaventura de Sousa Santos, o qual reconhece que todos os conhecimentos possuem limites internos e externos, sendo os primeiros delimitados pelas possibilidades de intervenção no real e os segundos, pelo reconhecimento de intervenções alternativas possibilitadas por outras formas de conhecimento.

Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a *pluralidade interna da ciência*, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos (SANTOS, 2007, p.26 - grifos nossos).

5. Considerações finais

São perceptíveis as aproximações da complexidade de Morin com os demais autores trazidos até então. Com Milton Santos e Morin somos convidados a revisitar e habitar novamente esse espaço/natureza, também social, que ao mesmo tempo nos molda enquanto sujeitos e sociedades. Podemos então encontrar uma via para fundamentar nossa ação para além da ideia de dominação da Natureza e partir para uma reinserção humana nesta equação, por meio de interações mais cooperativas. Com Genro Filho e Morin, conseguimos retomar a clareza da importância do método dialético, da *práxis*, da tese-antítese-síntese no jornalismo, dentro de uma noção de que a síntese desejada não é a síntese reducionista, aquela que engloba tese/antítese apagando suas propriedades originárias. Mas a articulação entre singular-particular-universal, que possibilita ao leitor, espectador ou ouvinte um acesso pensante e ativo a essa realidade que auxiliará a construir.

O pensamento complexo anda de mãos dadas com o jornalismo ambiental por não tentar suprimir a incerteza e pela visível articulação com os sete princípios trazidos por Morin, mencionados

anteriormente. O princípio da precaução, que já possui amplo debate dentro do Direito Ambiental - podendo ser definido como um regulador “da participação do conhecimento de senso comum e/ou técnico-científico em casos envolvendo potencial dano ao meio ambiente” (CEZAR; ABRANTES, 2007, p. 237) - pode ser incorporado como baliza para a atuação do jornalista, uma vez que, ao atuarmos hoje de determinada maneira sobre o meio ambiente, os resultados perceptíveis raramente serão imediatos ou seus desencadeamentos possíveis previsíveis em totalidade.

Diante de conceitos tão amplos (*Natureza, certeza, verdade, conhecimento, ciência*) aproximar tal discussão epistemológica do jornalismo ambiental denota um compromisso profissional moral e ético para uma atuação mais consciente. A ciência moderna já demonstrou ser possível utilizarmos conhecimento e técnica como disfarces para ocultar ou dissimular cenários indesejados: nos tornamos a chamada sociedade de riscos (BECK, 2011), na qual nosso próprio avanço científico se tornou produtor dos problemas que caberão à própria ciência analisar. E o jornalismo informativo tradicional segue em boa medida reproduzindo e fomentando essa necessidade da certeza, formulando simulacros de verdades estáveis por meio de ritos técnicos objetivos.

O jornalismo ambiental vem para contrapor essa lógica, demonstrando que há mais perguntas do que respostas em nossa breve existência planetária. Os caminhos para tal exercício do pensar e fazer, como apontou Morin, não estão prontos, são vias recém-abertas que estão à disposição para pesquisadores determinados a contemplar espaços até então não conhecidos.

REFERÊNCIAS

- BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 6, n. 2, 2017.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org). *Metodologias de Pesquisa em Jornalismo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 35-68.
- BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR.

CEZAR, Frederico Gonçalves; ABRANTES, Paulo César Coelho. Princípio da precaução: considerações epistemológicas sobre o princípio e sua relação com o processo de análise de risco. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 20, n. 2, p. 225-262, 2003.

CHARON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e Transformação do Jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

DEUZE, M. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism. Journalism*. November 2005, vol. 6, nº 4, p. 442-464. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464884905056815>. Acesso: 29 Abr. 2021.

DE BRITO, Fausto Alves et al. *A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

FIDALGO, Joaquim. Profissão, profissionalismo e profissionalização. In: *O Jornalista em Construção*. Porto: Porto Editora, 2008. p. 11-64.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê, 1987. 230 pp.

GIRARDI, Ilza M. T.; SCHWAAB, Reges T.; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. *Comunicação & Sociedade (Online)*, v.34, p.131-152, 2012.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 14, n. 2, 2020.

GOMES, Wilson. Apresentação. In: Maia, R. C. M. (Org.). *Mídia e deliberação*. 1. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2008a. ISBN 978-85-225-0700-9, p. 7-14.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Igor Ojeda (trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GREEN PRESS. Carta de Belo Horizonte. *Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1992. Disponível em: http://www.pickupau.org.br/mundo/carta_belo_horizonte/carta_belo_horizonte.htm. Acesso: 12 abr. 2021.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LIMA, Lorene. A pluralidade dos biomas preservados pelo ICMBio. *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)*, Brasília, 22 Mar. 2017. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8797-a-pluralidade-dos-biomas-preservados-pelo-icmbio>. Acesso: 29 Abr. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Deliberação e mídia. In: Maia, R. C. M. (Org.). *Mídia e deliberação*. 1. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2008a. ISBN 978-85-225-0700-9, p. 93-122.

- MAIA, Rousiley C. M. Introdução. In: MAIA, R. C. M. (Org.). *Mídia e deliberação*. 1. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2008b. ISBN 978-85-225-0700-9, p. 15–24.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento. *Media & Jornalismo*, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2002.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória – Ed. Revista e modificada pelo autor – 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- PELUSO, Marília Luiza. O desafio de compreender a natureza na obra de Milton Santos. *Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território*, v. 4, n. 1, p. 21-28, 2013.
- PONTES, Felipe Simão. *Teoria e História do Jornalismo: desafios epistemológicos*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2009.
- PONTES, Felipe Simão. *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, Ago. 1988. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso: 23 de Abr 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).
- SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história breve do jornalismo no Ocidente. Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, p. 12-93, 2008. Disponível em: <http://www.fei.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso: 23 de Abr 2021.
- TRINTA, Aloísio R.; NEVES, Teresa CC. A função cognitiva do jornalismo: a contribuição de Robert E. Park. Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo. *IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/16523720091757871551995647517951473973.pdf>. Acesso: 23 de Abr 2021.
- TUCHMAN, Gaye (1972). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org). *Jornalismo: questões, teorias e história*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.
- ZIMMER, Katarina. Desmatamento está causando aumento de doenças infecciosas em humanos. *National Geographic Brasil*, São Paulo, 4 dez. 2019 e atualizado 5 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/12/desmatamento-esta-causando-aumento-d-e-doencas-infecciosas-em-humanos>. Acessado em 10 abr. 2020.